

O impacto das indicações geográficas no desenvolvimento sustentável da Amazônia: um estudo de caso do Estado do Pará

Autores: De Souza Corrêa de Melo, Sheila*; Guimarães Vasconcellos, Alexandre

Contacto: *sheila.melo@embrapa.br

País: Brasil

Resumo

O Estado do Pará possui condições estratégicas para participar de forma efetiva e obter posição de destaque no aproveitamento do conhecimento associado à biodiversidade. Neste sentido, em 2016, o governo local lançou a política pública Biopará objetivando liderar o processo de criação de uma ambiência de inovação, coordenando e influenciando as ações das entidades parceiras, a fim de potencializar os resultados em função dos objetivos de constituição e consolidação de um modelo econômico autossustentado, baseado no conhecimento e voltado à diversificação das cadeias produtivas da biodiversidade. Já em 2019, o Governo Federal lançou a política pública de Sociobiodiversidade, com o intuito de fomentar e estruturar cadeias e sistemas produtivos do extrativismo baseados no uso sustentável dos recursos naturais. Essas ações são aderentes aos ODS da Agenda 2030 que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Também está em linha com o desafio global da ONU para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, além de ser um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o presente trabalho analisa as implicações do reconhecimento das indicações geográficas (IG) na região, em especial àquelas relacionadas à Marajó, Tomé-açu, Bragança e Terra Indígena Andirá-Marau, nas cadeias produtivas do queijo de búfala, cacau, farinha de mandioca e guaraná. Para a realização da pesquisa foram realizadas webconferências com pessoas diretamente envolvidos com as atividades produtivas e com o processo de reconhecimento das IGs. O conteúdo do material até agora analisado revela que as comunidades têm grande expectativa em relação às IGs como instrumento para agregação de valor aos seus produtos e para a preservação das práticas produtivas tradicionais associadas aos bioprodutos nas localidades.

Palavras chave: desenvolvimento sustentável; indicação geográfica e políticas públicas.

1. Introdução

O Estado do Pará possui condições estratégicas para participar de forma efetiva e obter posição de destaque no aproveitamento do conhecimento associado à biodiversidade. Neste contexto, o presente trabalho analisa as implicações do reconhecimento das indicações geográficas (IG) na região, em especial àquelas relacionadas à Marajó, Tomé-açu, Bragança e Terra Indígena Andirá-Marau, nas cadeias produtivas do queijo de búfala, cacau, farinha de mandioca e guaraná.

No Pará, algumas regiões se destacam no contexto das IGs e suas cadeias produtivas. A região de Marajó é reconhecida pela produção do queijo de búfala, com seu sabor peculiar e método tradicional de produção. Tomé-açu é conhecida pelo cultivo do cacau, utilizado na fabricação de chocolates finos e reconhecido internacionalmente. Bragança é famosa pela produção de farinha de mandioca, um ingrediente fundamental na culinária paraense. E, a Terra Indígena Andirá-Marau é conhecida pela produção de guaraná,

planta nativa da região, utilizada tanto como bebida energética como na indústria farmacêutica.

A concessão das IGs para essas regiões e produtos permite que as comunidades locais agreguem valor aos seus produtos, preservem práticas produtivas tradicionais e promovam o desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, o reconhecimento das IGs contribui para a preservação da biodiversidade, incentivando a conservação dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais.

No âmbito das políticas públicas, o governo do Estado do Pará tem demonstrado comprometimento com o aproveitamento do conhecimento associado à biodiversidade e com o fortalecimento das cadeias produtivas. O lançamento da política pública Biopará em 2016 e a política de Sociobiodiversidade em 2019 evidenciam o empenho em promover a inovação, diversificação econômica e o uso sustentável dos recursos naturais.

Essas iniciativas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que visam fortalecer a paz universal, erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer a importância das IGs e das cadeias produtivas relacionadas, o Estado do Pará está contribuindo para a construção de um modelo econômico autossustentável e para a valorização das comunidades locais.

2. Metodología

Para a realização da pesquisa foram realizadas webconferências com pessoas diretamente envolvidas com as atividades produtivas e com o processo de reconhecimento das IGs.

3. Desenvolvimento

O governo do Estado do Pará em 2016 lançou a política pública Biopará objetivando liderar o processo de criação de uma ambiência de inovação, coordenando e influenciando as ações das entidades parceiras, a fim de potencializar os resultados em função dos objetivos de constituição e consolidação de um modelo econômico autossustentado, baseado no conhecimento e voltado à diversificação das cadeias produtivas da biodiversidade. Já em 2019, o Governo Federal do Brasil lançou a política pública de Sociobiodiversidade, com o intuito de fomentar e estruturar cadeias e sistemas produtivos do extrativismo baseados no uso sustentável dos recursos naturais. Essas ações são aderentes aos ODS da Agenda 2030 que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Também está em linha com o desafio global da ONU para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, além de ser um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. No que diz respeito às Indicações Geográficas, elas desempenham um papel crucial no reconhecimento e valorização dos produtos regionais com características específicas vinculadas ao local de origem. As IGs são signos distintivos que protegem a denominação de produtos associados a uma determinada região de origem, garantindo sua autenticidade e qualidade.

O reconhecimento das IGs não apenas confere identidade e valor aos produtos, mas também contribui para a valorização cultural das comunidades envolvidas. Ao proteger e promover as características únicas e os conhecimentos tradicionais dessas regiões, as IGs abrem portas para a inserção desses produtos nos mercados nacional e internacional, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Além disso, ao promover a conservação dos ecossistemas e incentivar práticas sustentáveis, as IGs reforçam o compromisso do Estado do Pará com a preservação da biodiversidade e com a construção de um futuro mais equilibrado e harmonioso. As comunidades, por sua vez, têm a oportunidade de fortalecer

suas raízes culturais, empoderar-se economicamente e alcançar a autonomia através do aproveitamento responsável dos recursos naturais disponíveis.

O Estado do Pará, com sua rica biodiversidade e o apoio de políticas públicas como Biopará e a política de Sociobiodiversidade, está trilhando um caminho promissor para se tornar um líder na valorização e no aproveitamento sustentável do conhecimento associado à biodiversidade. O reconhecimento das IGs e o fortalecimento das cadeias produtivas do queijo de búfala, cacau, farinha de mandioca e guaraná são passos importantes nessa jornada, impulsionando o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, e contribuindo para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

As implicações do reconhecimento das Indicações Geográficas (IGs) no Estado do Pará são de suma importância para as cadeias produtivas locais, especialmente aquelas relacionadas às regiões da Marajó, Tomé-açu, Bragança e Terra Indígena Andirá-Marau. Nestas localidades, destacam-se produtos como o queijo de búfala, cacau, farinha de mandioca e guaraná, que possuem um valor cultural e histórico significativo.

As comunidades envolvidas nessas atividades produtivas depositam grandes expectativas nas IGs como instrumento de valorização de seus produtos e preservação das práticas tradicionais. O reconhecimento oficial das IGs agrega valor aos produtos, diferenciando-os no mercado e assegurando sua procedência e qualidade. Além disso, o respaldo oferecido pelas IGs contribui para a valorização das práticas produtivas tradicionais, que estão intrinsecamente ligadas à biodiversidade e ao conhecimento ancestral das comunidades locais.

A valorização e a promoção das IGs no Pará também têm implicações positivas no desenvolvimento sustentável da região. A agregação de valor aos produtos fortalece a economia local, promove a geração de empregos e estimula o empreendedorismo.

3.1. Biopará

A política pública Biopará, lançada pelo governo do Estado do Pará em 2016, representa um marco importante na Amazônia (MELO, 2020) buscando por um modelo econômico autossustentado, baseado no conhecimento e voltado à diversificação das cadeias produtivas da biodiversidade. Essa iniciativa tem como objetivo liderar o processo de criação de uma ambiência de inovação, coordenando e influenciando as ações das entidades parceiras.

No contexto de um Estado que possui condições estratégicas para participar de forma efetiva e obter destaque no aproveitamento do conhecimento associado à biodiversidade, a política pública Biopará desempenha um papel fundamental. Ela visa potencializar os resultados alcançados por meio de parcerias estratégicas, impulsionando a geração de valor e o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões paraenses.

O Biopará visa promover a valorização dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades locais. Ao liderar o processo de criação dessa ambiência de inovação, a política Biopará busca fortalecer o modelo econômico do Estado do Pará, baseado no uso sustentável da biodiversidade. A iniciativa está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que visam fortalecer a paz universal e erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões.

Através da coordenação e influência das ações das entidades parceiras, a Biopará busca potencializar os resultados em função dos objetivos de constituição e consolidação de um modelo econômico autossustentado. Dessa forma, a política pública contribui para o fortalecimento da economia local, a valorização das práticas sustentáveis de produção e o fomento à inovação.

A política pública Biopará é uma importante iniciativa do governo do Estado do Pará para promover a inovação e o desenvolvimento sustentável. Por meio do reconhecimento das indicações geográficas e do estímulo às práticas produtivas tradicionais, a Biopará busca agregar valor aos produtos da biodiversidade paraense, ao mesmo tempo em que preserva a cultura e o conhecimento das comunidades locais.

3.2. Sociobiodiversidade

O Governo Federal Brasileiro lançou em 2019 a política pública de Sociobiodiversidade com o intuito de fomentar e estruturar cadeias e sistemas produtivos do extrativismo baseados no uso sustentável dos recursos naturais. Essa iniciativa, vem ao encontro dos esforços do Estado do Pará em promover o aproveitamento do conhecimento associado à biodiversidade de forma sustentável e responsável.

A política de Sociobiodiversidade busca reconhecer a importância das comunidades tradicionais e dos povos indígenas como protagonistas na conservação da biodiversidade e na utilização dos recursos naturais. Por meio dela, o governo federal busca fortalecer as práticas de manejo sustentável, valorizando os conhecimentos tradicionais e as técnicas ancestrais de utilização dos recursos naturais presentes no território paraense.

Ao incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, a política de Sociobiodiversidade visa conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Busca-se, assim, garantir a geração de renda, a valorização da cultura e a promoção da inclusão social, sem comprometer a conservação da biodiversidade.

A política de Sociobiodiversidade está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que visam promover o desenvolvimento sustentável em escala global (CGEE 2020). Através dessa política, o Governo Federal contribui para a implementação dos ODS relacionados à erradicação da pobreza, promoção da igualdade de gênero, conservação dos ecossistemas e desenvolvimento econômico sustentável.

No contexto do Estado do Pará, a política de Sociobiodiversidade representa uma oportunidade para fortalecer as cadeias produtivas relacionadas à biodiversidade, como a produção de produtos extrativistas, artesanato, alimentos e medicamentos naturais. Essas atividades econômicas estão intimamente ligadas aos saberes tradicionais e à cultura local, sendo fundamentais para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento regional.

3.3. Indicações geográficas paraenses

O reconhecimento das Indicações Geográficas (IG) na região Amazônica (MELO, RIBEIRO, 2021), mais especificamente nas localidades de Marajó, Tomé-açu, Bragança e Terra Indígena Andirá-Marau, tem implicações significativas nas cadeias produtivas do queijo de búfala, cacau, farinha de mandioca e guaraná. Essas IGs representam um importante instrumento de valorização e proteção dos produtos tradicionais, bem como das práticas produtivas associadas a esses bioprodutos.

Marajó, conhecida por suas vastas áreas de pastagem e criação de búfalos, possui uma tradição centenária na produção do queijo de búfala. O reconhecimento da IG para essa região implica na proteção do nome e da origem desse produto, assegurando sua qualidade e autenticidade. Além disso, promove a agregação de valor ao queijo de búfala marajoara, favorecendo a inserção dos produtores locais em mercados mais exigentes e garantindo a sustentabilidade dessa atividade.

Já em Tomé-açu, destaca-se a produção de cacau de alta qualidade, reconhecida mundialmente. A IG para essa região fortalece a identidade e o renome do cacau de Tomé-açu, evidenciando suas caracterís-

ticas únicas e seu manejo sustentável. O reconhecimento da IG impulsiona a valorização desse produto, o fortalecimento das parcerias entre produtores e a promoção de ações que contribuam para o desenvolvimento da cadeia produtiva do cacau na região.

Bragança é reconhecida pela produção de farinha de mandioca, um dos principais alimentos da região amazônica. O reconhecimento da IG para essa localidade confere proteção e valorização à farinha de mandioca bragantina, garantindo a preservação das técnicas tradicionais de produção e a autenticidade desse produto. Além disso, a IG impulsiona a melhoria da qualidade, a promoção da sustentabilidade e a expansão dos mercados para a farinha de mandioca bragantina.

Por fim, a Terra Indígena Andirá-Marau destaca-se pela produção de guaraná, uma planta nativa de grande importância cultural e econômica. A IG para essa região valoriza o guaraná produzido pelos povos indígenas, reconhecendo seus saberes tradicionais e o modo de produção sustentável. A proteção e promoção da IG do guaraná da Terra Indígena Andirá-Marau contribuem para a preservação da cultura indígena, o fortalecimento da economia local e a conservação da biodiversidade amazônica.

4. Resultados e discussão

O conteúdo do material até agora analisado revela que as comunidades da Amazônia que possuem produtos de origem famosa como queijo de leite de búfalo produzido na Ilha do Marajó, ou na farinha de Bragança têm grande expectativa em relação às IGs como instrumento para agregação de valor aos seus produtos e para a preservação das práticas produtivas tradicionais associadas aos bioprodutos nas localidades.

5. Conclusões

Em suma, o reconhecimento das Indicações Geográficas nas localidades amazônicas de Marajó, Tomé-açu, Bragança e Terra Indígena Andirá-Marau traz implicações positivas para as cadeias produtivas do queijo de búfala, cacau, farinha de mandioca e guaraná. Essas IGs garantem a autenticidade dos produtos, promovem a valorização das práticas produtivas tradicionais e contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Dessa forma, é fundamental continuar apoiando e fortalecendo essas iniciativas, a fim de preservar a cultura, a biodiversidade e o conhecimento associado à região amazônica.

O reconhecimento das indicações geográficas nas regiões do Pará, aliado às políticas públicas de Biopará e Sociobiodiversidade, impulsiona o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, valoriza os produtos locais e promove a preservação da biodiversidade, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável.

Referências bibliográficas

- CGEE (2020). *Oportunidades e Desafios da Bioeconomia. Proposta de modelo de governança para a bioeconomia brasileira*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- de Souza Corrêa de Melo, S. (2020). *Inovação e desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí na Amazônia Oriental e sua relação com a política pública do Programa Paraense de Incentivo ao Uso Sustentável da Biodiversidade – Biopará*. Itacaiunas. <https://editoraitacaiunas.com.br/download/15473/?tmstv=1686408013>
- de Souza Corrêa de Melo, S. & da Conceição Amaral Ribeiro, S. (2021). *As indicações geográficas do Pará*. Itacaiunas. <https://editoraitacaiunas.com.br/download/16330/?tmstv=1686425992>